

CULTURAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS, A CONDIÇÃO DO TEMPO E AS DUAS MEMÓRIAS DE BERGSON

João Mascarenhas Mateus

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, CULTURAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E SOCIEDADES GLOBALIZADAS

A conservação e a reabilitação do patrimônio arquitetônico, disseminado ainda por muitas paisagens urbanas e rurais de Portugal e do Brasil, debatem-se frequentemente com problemas de aceitação e integração das culturas construtivas tradicionais.

Compreender não só as razões dessas dificuldades, como também o real valor das antigas culturas construtivas é o objeto de algumas reflexões propostas no presente texto.

Cultura construtiva deve ser entendida nas definições de Jane Morley e de Howard Davis. Para Morley, *“building culture denotes the individuals, groups, organizations, and industries whose work, practices, and products relate to the construction of the man-made environment”* (MORLEY, 1987, p. 19). Um conceito aperfeiçoado por Davis, da seguinte forma: *“the culture of building is the coordinated system of knowledge, rules, procedures, and habits that surrounds the building process in a given place and time.”* (DAVIS, 2006, p. 5)

As culturas construtivas dominantes hoje em dia resultam, como resultaram as tradicionais, antes de mais, dos materiais disponíveis no mercado. Esses materiais determinam, por sua vez, técnicas de aplicação próprias. Nas sociedades industrializadas, material de construção tem sofrido profundas e constantes alterações, em curtos ciclos de tempo. A inscrição de novas patentes, as leis da oferta e da procura, da importação e da exportação implicam a introdução e a consequente retirada do mercado ou readaptação de um sempre crescente número de materiais e tecnologias. Por outro lado, a promoção comercial, a concorrência feroz entre produtores e distribuidores, assim como a imposição de novos materiais no mercado condicionam profundamente o ensino do cálculo e do projeto das construções. Cada geração de projetistas e profissionais da construção é formada para desempenhar tarefas na otimização dos materiais e tecnologias disponíveis. Algo, em parte, semelhante ao que sucede com a influência da indústria farmacêutica nas práticas da medicina.

Essas condições, próprias da modernidade e herdadas pela pós-modernidade, constituem fortes barreiras à aceitação e à incorporação de técnicas e materiais tradicionais ao serviço da conservação do patrimônio arquitetônico. Um conjunto de obstáculos frequentemente justificados por razões de baixa rentabilidade econômica e pela inexistência de técnicos formados em antigos processos de edificação. As técnicas tradicionais de construção e, consequentemente, o patrimônio arquitetônico são vistos como entidades anacrônicas e distantes da cultura e da economia atuais.

Por todas essas razões, sempre que se torna necessário intervir em edifícios antigos, as técnicas relacionadas com o cimento e o aço são as mais usadas, em associação com novos materiais de síntese, em particular ligantes sintéticos, como silicões e resinas poliméricas.

pós- 231



Figura 1: Dois casos de desconhecimento ou não consideração das culturas construtivas tradicionais. Em cima, o abandono, esperando a possibilidade da demolição e da construção com a cultura construtiva dominante. Em baixo, a plastificação de revestimentos, caixilharias, a alteração da volumetria, da leitura da fachada, em uma aplicação errônea da cultura construtiva dominante na conservação (Albufeira, Portugal)
Fotos: João M. Mateus

TÉCNICAS TRADICIONAIS E CAPITAL DE CONHECIMENTO

Para além de constatar-se algumas das razões para a não consideração das formas de construir tradicional na conservação do edificado, importa, em uma primeira abordagem, refletir sobre a ontologia das culturas construtivas.

As culturas construtivas, na era da globalização, baseiam-se, antes de mais, na industrialização de material de produção otimizado; em particular, o cimento Portland, o aço e o vidro. Esses materiais e correspondentes técnicas contemporâneas são sucessores recentes das milenares culturas baseadas nas alvenarias em pedra ou tijolo, das construções em terra, em madeira ou mistas. Apesar de sua “juventude”, as tecnologias hoje disponíveis foram já responsáveis pela transformação radical de milhares de quilômetros quadrados de paisagem natural de nosso planeta, pela edificação de novas cidades e crescimento de cidades existentes, no período de pouco mais de um século. Com sua utilização, tem-se aprendido e avançado muito, no sentido de melhorar tecnologicamente as formas de edificação. É fazendo e realizando que se aprende, que se reconhecem os erros e encontram-se formas de evitá-los.

As técnicas construtivas tradicionais resultaram igualmente de um processo evolutivo obtido sob múltiplas influências, com a miscigenação de práticas indígenas e de culturas dominantes, ao longo de séculos de experimentações. Baseadas em princípios pragmáticos “de bom senso”, foram capazes de produzir objetos arquitetônicos resistentes às ações dos processos de degradação próprios de cada material, de cada clima e do tempo em geral. Muitos dos edifícios antigos que nos chegaram até hoje, conseguindo sobreviver ao abandono ou à deficiente conservação, foram construídos com essas técnicas tradicionais e, como tal, apresentam elevados níveis de durabilidade, conseguida por longos processos de aperfeiçoamento.

No entanto, durabilidade não é sinônimo de sustentabilidade. Para que esses edifícios ou construções antigas continuem a existir, de forma autêntica e sem a introdução de novas patologias de degradação, necessitam de fabricantes, de mão de obra e de metodologias que integrem o conhecimento das técnicas originais usadas em sua construção. Trata-se, em geral, de processos que implicam uma baixa intrusividade e uma elevada compatibilidade com os materiais originais.

Interessa, pois, ter em devida consideração esse conhecimento, melhor dizendo, esse capital de conhecimento construtivo, do qual o patrimônio arquitetônico é detentor. O “capital de conhecimento”, tomado na acepção de capital cultural definido por Pierre Bourdieu (1930-2002), incorpora, para além de recursos objetivados (como um determinado edifício antigo), ou institucionalizados (como um edifício reconhecido como patrimônio), também recursos incorporados ou *habitus* culturais (BOURDIEU, 1979, p. 3-6). Nessa última categoria, de recursos que compõem qualquer forma de capital cultural, inclui-se o saber e o saber-fazer, o conhecimento teórico e o conhecimento aplicado. Para recuperar esse conhecimento, que, em parte, permanece latente ou esquecido, resta a literatura técnica publicada, sobretudo, antes da implantação da cultura do cimento e do aço, documentos de arquivo, iconografia variada e, naturalmente, os próprios edifícios antigos (MATEUS, 2002).

Um edifício construído com técnicas e materiais anteriores ao cimento e ao aço é como uma “caixa do tempo”, cheia não de dinheiro ou de outro valor imediatamente vendável, mas de “capital de conhecimento”, para o qual contribuem os valores histórico, simbólico, tecnológico e cultural. Na verdade, para além de seus materiais, um edifício antigo incorpora a aplicação de uma determinada forma de viver, de uma determinada cultura. As formas da orientação, da implantação no terreno, da distribuição interior, da composição de volumes e de fachadas, da utilização dos espaços e dos materiais de um edifício antigo são expressões de uma determinada forma de vida, de uma determinada cultura, que sabia, em sua maioria, como respeitar o meio ambiente e comportar-se de forma durável.

O patrimônio arquitetônico de uma cidade, de uma região ou de um país constitui, assim, como uma rede dessas caixas de conhecimento, que importa compreender em sua essência e valor. Para esse fim, é indispensável saber como esses objetos foram construídos, quais eram as expectativas de seus construtores em relação ao seu comportamento no tempo e as ações desenvolvidas, para que esses edifícios chegassem até nós em boas condições.

Importa, por isso, reavaliar a importância do tempo nas culturas construtivas atuais. O tempo constitui um fator ou uma condição a considerar de forma mais aplicada e direta. As culturas construtivas tradicionais tinham-no bem presente, em suas práticas. Talvez por essa razão tenham sugestionado tão profundamente a condição humana.



Figura 2: Fases do preenchimento de uma lacuna em um paramento de alvenaria de pedra, estucado com cal e pó de mármore
Fonte: Instituto Português, Roma, Itália

CONSIDERAR O TEMPO T , JUNTAMENTE COM (x, y, z)

Desde o início da industrialização, a formação dos técnicos envolvidos nas atividades construtivas baseia-se em lógicas de comercialização e em cadeias de produção fortemente mercantilistas. Hoje, o que importa é construir com linguagens de composição arquitetônica, aceitas pelo gosto global, de forma resistente a sismos e outras solicitações estruturais, e de maneira otimizada, com os recursos materiais e de mão de obra disponíveis. Pensa-se, sobretudo, no presente e no futuro imediato, pouco a longo prazo. As preocupações com a durabilidade das novas construções estão implícitas nos códigos e nas normas de construção, mas não se apresentam de forma explícita ou livre de considerações imediatistas, ligadas aos processos decisórios. Olha-se pouco para o passado e pensa-se menos ainda na efemeridade das realizações humanas.

As construções em concreto armado, por exemplo, foram apresentadas, durante décadas, como as mais duráveis e resistentes, em relação a quaisquer outras construídas de forma tradicional. Seguindo esse princípio, demoliram-se, total ou parcialmente, antigas construções que necessitavam simplesmente das pequenas reparações efetuadas desde sua edificação. Só recentemente se iniciou a implementação da nova indústria da monitorização e da reparação de estruturas em concreto armado. Essas considerações levam à conclusão de existirem evidentes dificuldades no diálogo da indústria da construção com o tempo.

Se o problema for analisado de outra perspectiva, é possível afirmar que, em um mapa, pode-se identificar um edifício por três coordenadas espaciais (x, y, z) . No entanto, esse edifício não se encontra sempre no mesmo estado de conservação, não apresenta sempre a mesma utilização, não se encontra sempre na mesma envolvente, para referir algumas modificações possíveis. Por essa razão, se ele for representado por (x, y, z, t) , a informação se torna mais completa⁶⁵. A consideração da condição do tempo implica a aproximação a outros eventos, em que as coordenadas do objeto (x, y, z) são idênticas (se o edifício não se encontra deformado ou alterado), mas em que t é diferente. A coordenada tempo deverá assumir o período anterior à construção, para compreender as intenções e as condicionantes; deverá passar, depois, a corresponder ao período da construção propriamente dita e, sucessivamente, assumir valores relativos às alterações, destruições, reconstruções e a todos os eventos importantes para a história do edifício.

⁶⁵ Não querendo explorar mais que necessário as teorias sobre ontologia do tempo, muito menos discutir as vantagens das visões eternalistas ou presentistas, ou os limites da teoria sobre a irrealidade do tempo, de John MacTaggart (1866-1925), apresenta-se útil adotar, para a discussão, a teoria espaço-tempo, de Hermann Minkowski (1864-1909).

Essa consideração de um edifício como uma entidade (x, y, z, t) estava, surpreendentemente, muito mais presente nas culturas construtivas tradicionais. Considerar a ação do tempo significava, por exemplo, ter em conta a aplicação faseada e em camadas sucessivas dos blocos e das argamassas de cal, no assentamento e no revestimento, as variações dos níveis freáticos e a absorção diferenciada da água pelo material de construção, as condições ambientais de cada estação, a exposição à erosão provocada pelo vento e pela lavagem da chuva, etc. Todas essas considerações eram traduzidas em uma cultura de manutenção periódica, que consistia na limpeza dos sistemas e detalhes de proteção dos edifícios: telhados, algerozes, tubos de queda, platibandas, cornijas, câmaras de ventilação das fundações, controle da vegetação envolvente e tantas outras operações. A manutenção e a conservação preventiva constituíam as atividades fundamentais das culturas tradicionais, para assegurar a durabilidade das construções. Essas atividades implicavam um *habitus* de saber fazer, baseado em mão de obra capaz de aplicar esse saber, e em linguagens próprias, que poucos conhecem em nossos dias.

Hoje, administrar e decidir a sorte de edifícios antigos é, para muitos, como decidir o que fazer com uma máquina da qual só se possuem algumas páginas do manual de instruções. Para encontrar as páginas que faltam desse manual, usa-se, quando muito, a metodologia da conservação e da reabilitação, mas poucas vezes se dá a devida importância às técnicas construtivas originais, na metodologia de investigação histórico-crítica.



AS DUAS MEMÓRIAS DE BERGSON E A CONSERVAÇÃO DURÁVEL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Do que se afirmou anteriormente, é possível intuir, entre outras limitações, o caráter imediatista de nossa cultura contemporânea, como uma das causas do desconhecimento e da não integração das culturas construtivas tradicionais nas práticas de hoje, em particular em operações de conservação do patrimônio construído.

Figura 3: Intervenção recente de “requalificação”, nas muralhas medievais de Beja, Portugal. Os testemunhos de uma cultura construtiva passada não foram preservados. Resta um gesto com linguagem contemporânea, a serviço da resolução imediata de um problema funcional da cidade
Foto: João M. Mateus

Quem, em nossos dias, defende saberes e formas de fazer do passado, na preservação de objetos arquitetônicos, é normalmente considerado conservador, retrógrado e tradicionalista. Uma posição vista por muitos como contrária a qualquer possibilidade de intervir com liberdade em edifícios antigos, com matérias, técnicas e linguagens contemporâneas. Uma atitude bem frequente em países, regiões ou cidades onde uma “cultura da conservação” é incipiente ou pouco reconhecida.

Parte dessa atitude pode ser explicada de muitas maneiras. Pelo poder das indústrias da construção, da sociedade consumista e da comodificação, da especulação imobiliária ou simplesmente pela recusa ou dificuldade de olhar para o passado, para extrair dele o melhor da experiência humana (MATEUS, 2011, p. 12-30).

Para aprofundar esse último aspecto, é de recordar a distinção proposta por Henri Bergson (1859-1941), em sua obra *Matière et mémoire* (1896), entre memória de hábito e memória pura. Para esse filósofo, a memória-hábito tem uma duração determinada, situa-se no presente e está associada a um saber fazer que se aprende pela repetição, de forma mecânica, a qual resulta do hábito. Por seu lado, a memória pura é a que representa o passado, tem consciência do passado, registra-o e permite reconhecer o conhecimento adquirido pela experiência passada, contemplando o presente e decidindo sobre o futuro próximo.

Essa distinção de memórias vai ao encontro da explicação das dificuldades referidas no diálogo entre as culturas construtivas contemporâneas e as culturas construtivas tradicionais. As culturas ou modos de vida totais⁶⁶, na era da globalização, vivem centradas no automatismo do presente, possuem fortes memórias-hábito, desenvolvem pouco as memórias puras e têm dificuldade em articular o tempo passado, presente e futuro⁶⁷.

É preciso trabalhar no sentido de desenvolver consciências coletivas críticas verdadeiras, livres de dualismos redutores, que incorporem as experiências do passado, seus erros e seus sucessos ao serviço de uma evolução criativa. A racionalização técnica e a crença cega nas denominadas “tecnologias de ponta” servem, sobretudo, para criar clientes e mercados, a curto prazo.

O patrimônio arquitetônico que se pretende preservar atravessou séculos de transformações, vontades e gostos. Os saberes construtivos do passado fazem parte dessa herança de conhecimento, que pode ajudar a conservar testemunhos da evolução da alma das sociedades. São saberes que não devem ser vistos como concorrência aos materiais contemporâneos, mas, com eles, serem considerados como os mais adaptados a muitas intervenções de conservação, capazes de garantir sua legibilidade, se bem utilizados.

No que se refere ao aspecto material, o uso dos saberes tradicionais implica uma cultura de manutenção do edificado existente, menos demolições, menos produção de novos materiais compósitos para a construção, menor aquecimento global e maior sustentabilidade. Conhecimento, tempo e memória não constituem conceitos desprovidos de utilidade ou simples figuras de retórica. A conservação do patrimônio arquitetônico é apenas um, importante, campo de sua aplicação.

⁶⁶ Utiliza-se, de forma sintética, o conceito de cultura de Raymond Williams (1921-1988).

⁶⁷ Os problemas do pouco desenvolvimento da memória pura nas sociedades globalizadas, da construção de memórias coletivas e de sua relação com a investigação histórica têm sido objeto de estudos de importantes filósofos, como Maurice Halbwachs (1877-1945), Paul Ricoeur (1913-2005) ou Pierre Nora (1931-). O problema da concorrência ou competição entre memórias, expressão de Nicolas Tifon (1949-), é atualmente objeto de especial debate.

REFERÊNCIAS

- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire. Essai sur la relation du corps à l'esprit*. Paris: Quadrige – Puf, 2007 (1. ed. 1896).
- BOURDIEU Pierre. Les trois états du capital culturel. *ACTES de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 30, novembre 1979.
- CID, Rodrigo. McTaggart e o problema da realidade do tempo. *Argumentos – Revista de filosofia*, Fortaleza, ano 3, n. 5, p. 99-110, 2011.
- DAVIS, Howard. *The Culture of Building*. New York: Oxford University Press, 2006.
- MATEUS, João Mascarenhas. *Técnicas tradicionais de construção e alvenarias. A literatura técnica entre 1750 e 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MATEUS, João Mascarenhas (Org.). *A História da construção em Portugal. Alinhamentos e fundações*. Coimbra: Almedina, 2011.
- MORLEY, Jane. Building Themes in Construction History: recent work by the Delaware Valley Group, *Construction History*, Abingdon, Oxfordshire, v. 3, p. 13-30, 1987.
- WILLIAMS Raymond. Culture. In: KEYWORDS: A Vocabulary of Culture and Society. London: Croom Helm, 1976. p. 76-82.

João Carlos de Oliveira Mascarenhas Mateus

É pesquisador do Centro de Estudos Sociais, no Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Coimbra, desde 2009. Cursou Engenharia Civil, no Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, mestrado em Ciências da Arquitetura, na Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, onde trabalhou como assistente de investigação (1993-1995), e o doutorado em Engenharia Civil, no IST (2001). Atuou como perito da Direção de Cultura da Comissão Europeia, entre 1993 e 1998, para avaliação de projetos de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural. Em Roma, projetou e dirigiu os trabalhos de conservação do Instituto Português e do Pontifício Colégio Português (2002-2003). É colaborador científico da Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio da Università degli Studi di Roma La Sapienza desde 2003. Foi coordenador técnico da candidatura da Baixa Pombalina à Lista do Patrimônio Mundial (2003-2006) e projetou e dirigiu obras de restauração de edificações particulares no Algarve (2006-2009).

joamascarenhasmateus@ces.uc.pt/matjoa@gmail.com